

DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS NO BRASIL: UM MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DA LITERATURA SOBRE PLANO DE DADOS ABERTOS

Luana Carolina de Castro Gil   
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
São Carlos, São Paulo, Brasil

Paula Regina Dal'Evedove   
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
São Carlos, São Paulo, Brasil

RESUMO

Os Planos de Dados Abertos são documentos fundamentais para a promoção e o cumprimento da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, instituída pelo Decreto nº 8.777/2016. Neste contexto, o objetivo deste estudo foi mapear a produção científica na Ciência da Informação relacionada aos Planos de Dados Abertos. A pesquisa adotou o método de Mapeamento Sistemático da Literatura, selecionando oito artigos científicos extraídos de quatro bases de dados, a saber: Base de Dados em Ciência da Informação, *Web of Science*, *Scopus* e *Library, Information Science and Technology Abstracts*, sem delimitação temporal. Constatou-se um elevado número de duplicações, correspondendo a 76% do total de artigos identificados. Apenas 19 registros foram únicos, o que evidencia a escassez de discussões sobre os Planos de Dados Abertos. A análise dos resultados revelou casos de descumprimento das estratégias previstas nesses planos, comprometendo a efetiva implementação do Decreto nº 8.777/2016. Ademais, alguns autores destacaram a ausência de centralização e a dificuldade de localização dos documentos nos ambientes virtuais institucionais. Conclui-se que, apesar da limitada produção acadêmica sobre o tema, este estudo oferece subsídios para futuras investigações e destaca a necessidade de aprofundamento das discussões sobre esses planos no contexto da Ciência da Informação.

Palavras-chave: Plano de Dados Abertos. Dados governamentais abertos. Mapeamento Sistemático da Literatura. Decreto nº 8.777/2016. Resolução CGINDA nº 3/2017.

OPEN GOVERNMENT DATA IN BRAZIL: A SYSTEMATIC MAPPING OF THE LITERATURE ON OPEN DATA PLAN

ABSTRACT

Open Data Plans are fundamental documents for promoting and enforcing the Federal Executive Branch's Open Data Policy, established by Decree Nº 8.777/2016. In this context, the objective of this study was to map scientific production in Information Science related to Open Data Plans. The research adopted the Systematic Literature Mapping method, selecting eight scientific articles extracted from four databases: the Information Science Database, *Web of Science*, *Scopus*, and *Library, Information Science and Technology Abstracts*, without time limits. A high number of duplicates was found, corresponding to 76% of the total articles identified. Only 19 records were unique, highlighting the scarcity of discussions on Open Data Plans. Analysis of the results revealed cases of noncompliance with the strategies outlined in these plans, compromising the effective implementation of Decree Nº 8.777/2016. Furthermore, some authors have highlighted the lack of centralization and the difficulty of locating documents in institutional virtual environments. We conclude that despite the limited academic literature on the topic, this study offers insights for future research and highlights the need for further discussions on these plans within the context of Information Science.

Keywords: Open Data Plan. Open government data. Systematic Mapping of Literature. Decree Nº. 8,777/2016. CGINDA Resolution Nº. 3/2017.

DOI <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/60272>

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

data-in-article – Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

Recebido em: 11/07/2025

Aceito em: 19/06/2026

Editora Chefe: Lorena Tavares de Paula  

1 INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), a preocupação acerca do tratamento, armazenamento e reúso dos dados gerados em seus domínios são assuntos proeminentes que podem nortear diversas discussões acadêmicas. O movimento de acesso a dados abertos é uma iniciativa voltada ao desenvolvimento de um ecossistema no qual a sociedade possa participar ativamente por meio do uso de tecnologias, considerando que o valor de um dado pode ser potencializado quando compartilhado de forma aberta (Bohnert; Silva, 2022).

A abertura dos dados contribui para o fortalecimento da transparência, da participação cidadã e do engajamento social. Dessa forma, a abertura dos dados não se limita à disponibilização de informações, mas representa uma oportunidade de aproximar governo e sociedade, o que contribui para a construção de uma gestão pública mais transparente. A transparência pode ser compreendida como o princípio que assegura a disponibilização de informações governamentais à sociedade (Chen; Ganapati, 2023). Transparência governamental, neste caso, é valer-se da disponibilização de informações como estratégia para o aprimoramento dos processos democráticos.

Ainda que as TIC tenham promovido avanços significativos na publicação e no tratamento de dados, Macedo e Lemos (2021) evidenciam que, no contexto dos dados governamentais, os governos necessitam de políticas públicas mais definidas. Essas políticas precisam incluir ações, programas e decisões adotadas em conjunto com órgãos públicos, empresas e a sociedade. A ausência de política pública está relacionada com os diversos desafios para a abertura dos dados governamentais. Os autores destacam que essas barreiras são de natureza organizacional, política, informacional, legal e tecnológica.

Os dados governamentais abertos surgiram com o propósito de promover a transparência e possibilitar um maior controle social sobre as ações governamentais, uma vez que, com a disponibilização dos dados públicos, qualquer pessoa pode ter acesso a essas informações. Desta forma, permite a sua reutilização, modificação e compartilhamento por parte do interessado. Paulo (2018, p. 12) considera que os dados governamentais abertos

[...] se posicionam como elementos de base, primários e estruturantes, que permitem a construção de informações significativas, a geração de novos conhecimentos e a inovação para a sociedade.

Isso se torna ainda mais relevante, haja vista que, diariamente, governos e agências publicam um grande volume de dados na internet. O compartilhamento desses dados possibilita um maior incentivo quanto ao uso e reuso das informações governamentais, para fins públicos ou comerciais (Bennet; Harvey, 2009).

Por outro lado, a publicação dos dados governamentais frequentemente ocorre de forma isolada e não interoperável. Além disso, existem casos em que os dados não estão acessíveis, o que compromete a participação universal e limita os benefícios tanto para os governos quanto para a população em geral (Batista; Siebra, 2022). À vista disso, os Planos de Dados Abertos (PDAs) surgem como um documento que orienta a implementação dos dados abertos dos órgãos públicos do Poder Executivo Federal (Brasil, 2016). Por essa razão, as discussões a respeito dos PDAs governamentais tornam-se cada vez mais relevantes, uma vez que esses documentos permitem avaliar as ações coordenadas pelo governo para assegurar o acesso e a utilização dos dados governamentais abertos.

Em consonância com essa perspectiva, Aleixo (2020) investiga o estado de anomia² na acessibilidade dos dados governamentais abertos brasileiros, avaliando o grau de conformidade com os princípios que orientam a abertura de tais dados. Para tanto, foram analisados os Planos de Ação da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) e os PDAs dos Ministérios brasileiros, utilizando os oito princípios de dados abertos adotados pela INDA. O estudo constatou a presença de um estado de anomia em relação ao acesso aos dados governamentais abertos, sendo essa condição atribuída, entre outros fatores, à não observância dos oito princípios de dados abertos nos Planos de Ação e nos PDAs, bem como à ausência de uma legislação específica que regulamente a abertura dos dados governamentais, o que contribui para esse cenário de anomia.

² Na Sociologia, o conceito de anomia, proposto por Émile Durkheim (1858-1917), designa uma situação de enfraquecimento ou ausência de normas sociais capazes de orientar o comportamento dos indivíduos. Esse cenário pode gerar insegurança, desorientação e instabilidade nas relações sociais, uma vez que os referenciais coletivos deixam de exercer sua função reguladora.

Bertin *et al.* (2017) investigam os procedimentos adotados para a elaboração do PDA da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Desta forma, os autores observaram alguns desafios na abertura desses dados, a saber: adversidade na classificação dos dados, ou seja, separação dos dados que podem ser compartilhados daqueles que necessitam permanecer sigilosos; falta de publicação de dados primários; organização dos dados; contratação de profissionais especializados para a realização das atividades; ausência de métricas e política institucional, que pode comprometer a estratégia da organização em abrir os seus dados. Outra constatação dos autores diz respeito à importância da atuação de pessoas bibliotecárias na execução de atividades relacionadas à abertura de dados, uma vez que a catalogação dos dados e a organização da documentação são essenciais não apenas no momento da abertura dos dados, mas também para garantir sua recuperação e reutilização.

Adicionalmente, destacam-se estudos que abordam a ausência de critérios padronizados para a avaliação dos PDAs, o que compromete a comparabilidade entre os documentos produzidos por diferentes órgãos públicos e dificulta a identificação de boas práticas e pontos de melhoria (Albano; Craveiro; Gaffrée, 2021; Silva; Kerr-Pinheiro, 2019; Oliveira *et al.*, 2021).

À luz do contexto apresentado e da crescente relevância dos dados abertos, questiona-se quais contribuições a literatura da Ciência da Informação tem oferecido para a elaboração e implementação de PDAs? Nesta direção, o objetivo deste artigo é mapear os estudos desenvolvidos na Ciência da Informação que abordam a temática dos PDAs, considerando diretrizes, princípios e boas práticas para a elaboração desses documentos. Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos metodológicos, adotou-se o método do Mapeamento Sistemático da Literatura (MSL), com o intuito de identificar estudos que discutam aspectos teóricos e práticos relacionados aos PDAs.

2 PLANOS DE DADOS ABERTOS

Dados Governamentais Abertos representam um desafio complexo que demanda esforços para otimizar a disseminação, utilização e o reúso de dados, estando associados a uma multiplicidade de objetivos econômicos, políticos e

sociais (Buttow; Weerts, 2022). A capacidade dos dados governamentais abertos de gerar valor econômico e social para cidadãos e organizações públicas e privadas perpassa pelo estabelecimento de instrumentos que garantam a abertura, a qualidade, a acessibilidade e a reutilização dos dados.

Os PDAs são documentos elaborados com o propósito de orientar as ações de promoção e implementação de dados governamentais abertos por cada órgão público brasileiro, devendo seguir padrões mínimos de qualidade para garantir sua utilização eficaz (Brasil, 2016). O Decreto Nº 8.777, de 11 de maio de 2016, institui a Política de Dados Abertos para o Poder Executivo Federal (Brasil, 2016). De acordo com este decreto, a Controladoria-Geral da União (CGU) é designada para gerenciar essa política, por meio da INDA. A implementação da política é realizada por meio da elaboração de um Plano de Dados Abertos em cada órgão ou entidade da administração pública (Brasil, 2016).

A implementação de dados governamentais abertos é um processo que pode ser considerado recente. Portanto, trata-se de “um processo evolutivo e com características de desequilíbrio de implementação entre os poderes constituídos e o ministério público” (Paulo, 2018, p. 14). Nessa perspectiva, no Brasil, os órgãos públicos do Poder Executivo Federal que disponibilizam dados governamentais abertos devem criar um PDA com atualização a cada dois anos. Este documento estabelece os requisitos necessários para a disponibilização dos dados governamentais, garantindo que atendam aos padrões mínimos de qualidade de modo a possibilitar o reúso das informações (Brasil, 2016). Assim, os PDA podem ser compreendidos como uma ferramenta essencial para a implementação dos dados governamentais abertos, pois definem padrões, formatos e diretrizes para a disponibilização de um determinado conjunto de dados.

De acordo com Marques *et al.* (2023), a utilização dos dados dos PDAs pode ser vista como uma estratégia relevante para evidenciar o desempenho, as atividades e demais aspectos que definem uma área do conhecimento, apesar de ainda apresentar limitações no que se refere ao tratamento de metadados. A análise dos PDAs dos órgãos públicos desempenha um papel fundamental para avaliar o reúso dos dados governamentais abertos.

Em relação ao conteúdo, o Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA), por meio da Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017, apresenta normas e orientações para a elaboração e publicação dos PDAs (Brasil, 2017). Além disso, em 2020, a CGU e a Secretaria da Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC) atualizaram o Manual de Elaboração desses Planos (Controladoria-Geral da União, 2020). Dessa forma, a elaboração dos PDAs segue um conjunto de etapas, as quais estão ilustradas na Figura 1.

Figura 1 - Etapas para a construção de um Plano de Dados Abertos



Fonte: Autoras (2025), baseado em Controladoria-Geral da União (2020).

O primeiro passo consiste na realização de reuniões para discutir as responsabilidades pela elaboração e o cumprimento do Plano. Na Etapa 2, são definidas as bases de dados que serão abertas e a elaboração de um inventário. Na Etapa 3, são formuladas estratégias para identificar as demandas dos cidadãos. A Etapa 4, por sua vez, envolve a análise da ordem de prioridade para a abertura das bases de dados. Nas Etapas 5, 6 e 7 ocorre a definição do cronograma para a abertura das bases de dados, sendo importante considerar o prazo de vigência de dois anos dos PDAs. Por fim, a Etapa 8 consiste no registro de todas as estratégias e ações definidas pelo órgão em um único documento, bem como a sua publicação, que pode ocorrer no próprio Portal do órgão, na seção de Acesso à Informação (Controladoria-Geral da União, 2020).

Apesar da relevância do tema, pesquisas exploratórias identificaram um número reduzido de estudos na literatura da Ciência da Informação que

discutem os PDAs. Dentre os trabalhos encontrados, destacam-se os de Bertin *et al.* (2017), Aleixo (2020), Oliveira e Fonseca (2021) e Albano, Craveiro e Gaffrée (2021). Diante desse cenário, esta pesquisa propõe-se a contribuir para o preenchimento dessa lacuna, por meio do mapeamento de estudos que discutem diretrizes, boas práticas e recomendações voltadas à elaboração dos PDAs.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O MSL foi utilizado como procedimento metodológico para compor a coleta de dados da pesquisa bibliográfica. Esse método foi selecionado porque o “[...] mapeamento sistemático permite identificar evidências na literatura a partir de um processo formal definido através de um protocolo” (Costa; Salvador, 2015, p. 212). Com isso, a estratégia foi adotada com o propósito de recuperar estudos relevantes sobre a avaliação dos PDAs.

O método de MSL permite a visualização dos resultados científicos, proporciona uma visão abrangente e facilita a identificação de evidências que podem servir de base para futuras revisões sistemáticas (Brito; Almeida; Santana Júnior, 2023; Kitchenham; Charters, 2007). Além disso, esse método pode ser definido como um estudo secundário que identifica, quantifica e categoriza pesquisas na literatura científica, permitindo a visualização de um resumo das contribuições e a identificação de frequências e tendências de pesquisas (Petersen *et al.*, 2008).

De acordo com Proença Júnior e Silva (2016, p. 234), o objetivo do MLS “[...] é relatar o que encontra de pertinente para uma dada pesquisa (ou, mais amplamente, para um determinado assunto) em todos os espaços e atividades que conformam o assunto até o momento de sua realização”.

Nos últimos anos, percebe-se uma adoção do MSL como método de pesquisa em diversos estudos na Ciência da Informação (Brito; Almeida; Santana Júnior, 2023; Proença Júnior; Silva, 2016; Silva; Dal'Evedove, 2024; Silva; Nunes; Santana, 2021; dentre outros). A escolha do MSL justifica-se por sua capacidade de identificar, mapear, organizar e sistematizar o conhecimento produzido sobre os PDAs no âmbito da Ciência da Informação, permitindo uma visão abrangente das abordagens, diretrizes, princípios e boas práticas discutidos na literatura científica. Esse método se destaca por suas etapas bem

definidas, que asseguram a confiabilidade dos resultados. Além disso, torna-se essencial para a compilação desses atributos necessários para proceder com a etapa de análise dos PDAs.

Um estudo que utiliza o MSL apresenta uma revisão ampla dos estudos primários e proporciona uma visão abrangente de uma determinada área de pesquisa. Além disso, permite identificar lacunas de pesquisa, bem como possibilita a realização de futuras Revisões Sistemáticas da Literatura (RSL) (Kitchenham; Charters, 2007). Desta forma, ressalta-se que o MSL difere da RSL em vários aspectos, como a formulação de questões de pesquisa, a definição de termos, a extração de dados, a análise e a divulgação de resultados. Assim, no Quadro 1 são apresentadas essas diferentes características.

Quadro 1 - Diferenças entre MSL e RSL

CARACTERÍSTICAS	MSL	RSL
Questões de pesquisa	Mais amplas e pode ter várias perguntas de pesquisa.	Mais específicas.
Termos de Pesquisa	Menos focados e podem retornar um grande número de estudos.	Mais focado e podem retornar um número menor de estudos.
Processo de Extração de Dados	Mais amplo, envolve classificação e categorização dos artigos.	Mais restrito e detalhado.
Objetivo da Extração de Dados	Classificar artigos para responder a amplas questões e identificar artigos para futuras RSL.	Obter dados precisos para responder a questões específicas.
Análise	Resumir dados para responder às questões de pesquisa e pouco uso de técnicas aprofundadas.	Análise aprofundada que pode incluir meta-análise e síntese narrativa.
Representação dos Dados	Gráficos e representações visuais das distribuições dos estudos.	Relatórios mais detalhados.
Divulgação dos Resultados	Pode ser limitada a publicações acadêmicas e possui foco na influência da pesquisa futura.	Geralmente mais ampla.

Fonte: Dados da pesquisa (2024), baseado em Kitchenham e Charters (2007).

A partir do exposto, observa-se que, embora ambas as metodologias utilizem a literatura científica no desenvolvimento da pesquisa, cada uma apresenta características próprias que as diferenciam significativamente. Além disso, os procedimentos para a realização dos estudos também são diferentes. No MSL desta pesquisa, foi elaborado um protocolo com as estratégias usadas para recuperar os estudos relevantes que estavam em conformidade com a temática e objetivo proposto. Para apoiar o desenvolvimento desse MSL, elegeu-se o *software State of the Art through Systematic Review (StArt)* para a otimização da seleção dos artigos recuperados nas bases de dados, além do

Excel® e Google Sheets® para a criação de gráficos, quadros e tabelas. Esse protocolo, que está exposto no Quadro 1, baseia-se nos conceitos de Colquhoun *et al.* (2014 *apud* Silva, 2023), nos quais são estruturados em cinco etapas, a saber: I) Identificação da questão de pesquisa; II) Identificação de estudos relevantes; III) Seleção de estudos; IV) Mapeamento dos dados e V) Resultados.

Quadro 1 - Protocolo: Mapeamento sistemático da literatura

Título	Mapeamento Sistemático da Literatura sobre boas práticas dos Planos de Dados Abertos Brasileiro.
I - Identificação da questão de pesquisa	
Objetivo	Recuperar estudos referentes à temática de Planos de Dados Abertos.
Perguntas norteadoras	Quais discussões estão presentes na literatura sobre os Planos de Dados Abertos?
População	Estudos que abordem boas práticas e recomendações para a elaboração dos Planos de Dados Abertos.
Conceito	Recomendações para a elaboração de Planos de Dados Abertos.
Contexto	Ciência da Informação.
Resultados	Apresentação e discussão dos estudos recuperados acerca dos Planos de Dados Abertos.
Aplicação	Os resultados adquiridos forneceram subsídio para o desenvolvimento da análise da pesquisa.
II – Identificação de estudos relevantes	
Estratégias de busca	"open data plan"; "open data plan" and "best practices"; "open data plan" and "guideline"; "open data plan" and "indicator"; "open data plan" and "metric"; "open data plan" and "principle"; "open data plan" and "recommendation"; "open data plan" and "standard"; "open data plans"; "open data plans" and "best practices"; "open data plans" and "guideline"; "open data plans" and "indicator"; "open data plans" and "metric"; "open data plans" and "principle"; "open data plans" and "recommendation"; "open data plans" and "standard"; "plano de dados abertos"; "plano de dados abertos" and "boas práticas"; "plano de dados abertos" and "diretriz"; "plano de dados abertos" and "indicador"; "plano de dados abertos" and "métrica"; "plano de dados abertos" and "padrão"; "plano de dados abertos" and "princípio"; "plano de dados abertos" and "recomendação"; "planos de dados abertos"; "planos de dados abertos" and "boas práticas"; "planos de dados abertos" and "diretriz"; "planos de dados abertos" and "indicador"; "planos de dados abertos" and "métrica"; "planos de dados abertos" and "padrão"; "planos de dados abertos" and "princípio"; "planos de dados abertos" and "recomendação"; "plan de datos abiertos"; "plan de datos abiertos" and "buenas prácticas"; "plan de datos abiertos" and "directriz"; "plan de datos abiertos" and "indicador"; "plan de datos abiertos" and "métrica"; "plan de datos abiertos" and "estándar"; "plan de datos abiertos" and "principio"; "plan de datos abiertos" and "recomendación"; "planes de datos abiertos"; "planes de datos abiertos" and "buenas prácticas"; "planes de datos abiertos" and "directriz"; "planes de datos abiertos" and "indicador"; "planes de datos abiertos" and "métrica"; "planes de datos abiertos" and "estándar"; "planes de datos abiertos" and "principio"; "planes de datos abiertos" and "recomendación";
Fontes	Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Web of Science, Scopus e Library, Information Science and Technology Abstracts (LISTA).

Tipos de documentos	Artigos científicos.
Idioma	Português, inglês e espanhol.
Período da coleta	14 de novembro de 2024.
III – Seleção de estudos	
Critério de busca	As pesquisas consideradas neste estudo não possuem delimitação de tempo, pois visa contemplar todo o período de publicação. As palavras-chave definidas foram consideradas para fazer a busca nos seguintes campos: assunto, título, resumo ou palavras-chave. As consultas ocorreram nas bases de dados selecionadas, centrando-se em estudos na Ciência da Informação.
Métodos de seleção	Leitura do título, resumo e palavras-chave.
Critério de inclusão	• Palavra-chave no assunto, título ou resumo; • Estudo que considera boas práticas, diretrizes ou métricas para analisar um Plano de Dado Aberto; • Estudo que aborda o Plano de Dados Aberto. • Artigos.
Critério de exclusão	• Palavra-chave ausente no assunto, título ou resumo; • Pesquisa não disponível para download; • Documentos de conferência, notícias ou outros tipos de publicações que não sejam Artigos; • Estudos que não abordem a temática definida; • Estudos que não se referem à Ciência da Informação; • Documentos duplicados.
IV – Mapeamento dos dados	
Campos de formulário de extração de dados	Leitura do resumo, palavras-chave, introdução e conclusão. Além disso, considerou-se informações a respeito do periódico; país e ano de publicação; autoria; base de dados; palavra-chave utilizada para efetuar a busca e abordagens utilizadas pelos autores.

Fonte: Dados da pesquisa (2024), baseado em Silva (2023, p. 25).

Para tanto, considerou-se a literatura nacional e internacional com o propósito de analisar as contribuições de diferentes autores para com a temática abordada, bem como favorecer a elaboração da fundamentação teórica. Embora os PDAs sejam documentos previstos na legislação brasileira, esta pesquisa buscou verificar se essa temática tem sido abordada na literatura internacional, com o intuito de estabelecer possíveis comparações, ampliar as discussões sobre o tema e identificar a existência de publicações sobre o tema em periódicos internacionais. Com isso, foram consultadas Bases de Dados, cujos termos empregados na busca visavam recuperar estudos alinhados com a temática e o objetivo proposto.

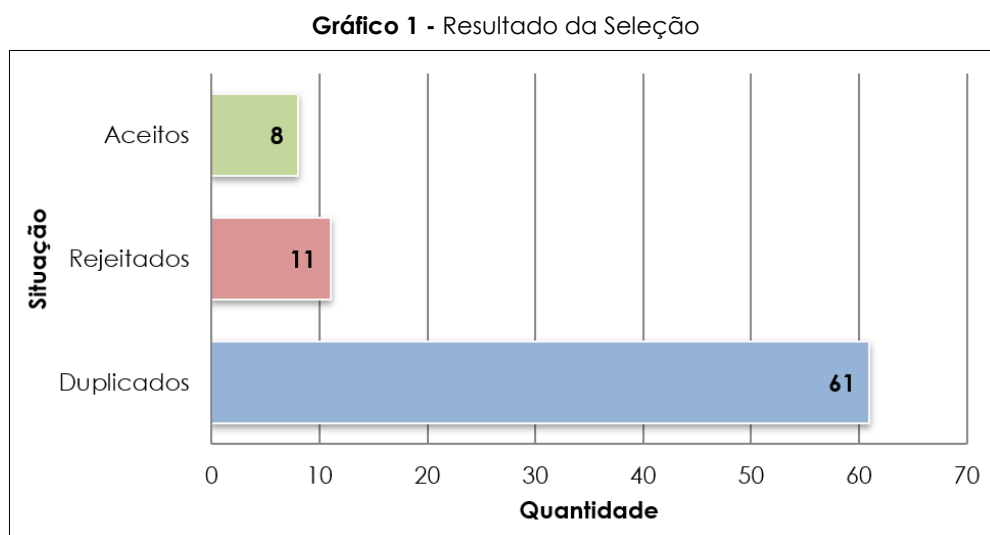
A opção por analisar apenas artigos científicos deve-se ao fato de esses documentos apresentarem resultados de pesquisa originais, passarem por revisão por pares e serem publicados em revistas científicas especializadas, o que garante maior confiabilidade aos estudos identificados. Além disso, destaca-se que as estratégias de expressões de busca apresentadas no Quadro

1 foram planejadas para serem pesquisadas separadamente, com o propósito de identificar a quantidade de resultados recuperados por cada expressão de busca.

4 RESULTADOS DO MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DA LITERATURA

A partir da aplicação do protocolo do MLS, conforme descrito na seção número três, Quadro 1, obteve-se o resultado da recuperação de um total de 80 artigos. Desses, o *software* StArt identificou 61 artigos duplicados, o que representa 76% do total. Dessa forma, identificaram-se apenas 19 artigos não duplicados, o que evidencia a escassez de pesquisas sobre o tema e reforça a necessidade de aprofundamento teórico e empírico em torno dos PDAs, considerando sua relevância para a promoção da transparência pública no Brasil.

Vale destacar que os PDAs são documentos previstos na legislação brasileira, o que pode justificar a baixa recorrência dessa temática em periódicos internacionais. Para esses artigos, foi realizada a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave a fim de verificar sua conformidade com os critérios de seleção e exclusão estabelecidos no protocolo. A distribuição dos artigos selecionados e rejeitados é apresentada no Gráfico 1.



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A maioria dos artigos foi rejeitada (90%). Essa alta taxa de exclusão ocorreu devido à presença de artigos duplicados (76%), bem como à falta de alinhamento de muitos artigos com o objetivo deste estudo (14%). Além disso,

das 48 opções de expressões de busca utilizadas na pesquisa, considerando os idiomas inglês, português e espanhol, a maioria não recuperou nenhum estudo, conforme mostrado na Tabela 1.

Tabela 1 - Resultado das expressões de busca

IDIOMAS	EXPRESSÕES DE BUSCA	B*	L*	S*	W*	TOTAL
Inglês	"open data plan"	9	2	0	3	14
	"open data plan" and "best practices"	0	0	0	0	0
	"open data plan" and "guideline"	0	0	0	0	0
	"open data plan" and "indicator"	0	0	1	0	1
	"open data plan" and "metric"	0	0	0	0	0
	"open data plan" and "principle"	0	0	0	0	0
	"open data plan" and "recommendation"	0	0	0	0	0
	"open data plan" and "standard"	0	0	0	0	0
	"open data plans"	5	1	0	4	10
	"open data plans" and "best practices"	0	0	0	0	0
	"open data plans" and "guideline"	0	0	0	0	0
	"open data plans" and "indicator"	1	1	1	1	4
	"open data plans" and "metric"	0	0	0	0	0
	"open data plans" and "principle"	0	0	0	0	0
	"open data plans" and "recommendation"	0	0	0	0	0
	"open data plans" and "standard"	0	0	0	0	0
	"plano de dados abertos"	15	3	0	0	18
Português	"plano de dados abertos" and "boas práticas"	0	0	0	0	0
	"plano de dados abertos" and "diretriz"	0	0	0	0	0
	"plano de dados abertos" and "indicador"	3	0	0	0	3
	"plano de dados abertos" and "métrica"	2	0	0	0	2
	"plano de dados abertos" and "padrão"	0	0	0	0	0
	"plano de dados abertos" and "princípio"	0	0	0	0	0
	"plano de dados abertos" and "recomendação"	0	0	0	0	0
	"planos de dados abertos"	8	1	0	0	9
	"planos de dados abertos" and "boas práticas"	0	0	0	0	0
	"planos de dados abertos" and "diretriz"	0	0	0	0	0
	"planos de dados abertos" and "indicador"	3	1	0	0	4
	"planos de dados abertos" and "métrica"	2	0	0	0	2
	"planos de dados abertos" and "padrão"	0	0	0	0	0
	"planos de dados abertos" and "princípio"	0	0	0	0	0
	"planos de dados abertos" and "recomendação"	0	0	0	0	0
Espanhol	"plan de datos abiertos"	6	1	0	0	7
	"plan de datos abiertos" and "buenas prácticas"	0	0	0	0	0
	"plan de datos abiertos" and "directriz"	0	0	0	0	0
	"plan de datos abiertos" and "indicador"	1	0	0	0	1
	"plan de datos abiertos" and "métrica"	0	0	0	0	0
	"plan de datos abiertos" and "estándar"	0	0	0	0	0
	"plan de datos abiertos" and "principio"	0	0	0	0	0
	"plan de datos abiertos" and "recomendación"	0	0	0	0	0
	"planes de datos abiertos"	3	0	1	0	4
	"planes de datos abiertos" and "buenas prácticas"	0	0	0	0	0
	"planes de datos abiertos" and "directriz"	0	0	0	0	0
	"planes de datos abiertos" and "indicador"	1	0	0	0	1
	"planes de datos abiertos" and "métrica"	0	0	0	0	0
	"planes de datos abiertos" and "estándar"	0	0	0	0	0
	"planes de datos abiertos" and "principio"	0	0	0	0	0
	"planes de datos abiertos" and "recomendación"	0	0	0	0	0

IDIOMAS	EXPRESSÕES DE BUSCA	B*	L*	S*	W*	TOTAL
	TOTAL	59	10	3	8	80

***Nota:** "B" refere-se à Base de Dados em Ciência da Informação; "L" refere-se à *Library, Information Science and Technology Abstracts*; "S" refere-se à Scopus; e "W" refere-se à *Web of Science*.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A base de dados Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) foi responsável pela maior parte dos artigos recuperados, totalizando 59 (74%) dos resultados. As expressões de busca compostas apenas por palavras-chave mais amplas, como "plano de dados abertos", "planos de dados abertos", "open data plan" e "open data plans", recuperaram um maior número de artigos. Esse resultado reflete a limitada quantidade de estudos na literatura sobre PDAs, o que compromete a obtenção de estudos mais específicos relacionados a diretrizes, boas práticas, recomendações e princípios desses planos.

As expressões de busca que retornaram um maior número de artigos foram aquelas compostas por palavras em inglês, que representam quase 60% do total recuperado. Esse resultado pode estar relacionado com a predominância da língua inglesa na produção de pesquisas científicas. No Quadro 2 estão listados todos os trabalhos selecionados para leitura na íntegra, após a leitura dos títulos, resumo e palavras-chave.

Quadro 2 - Resumo dos estudos selecionados

TÍTULO	AUTORIA	BASE	EXPRESSÃO DE BUSCA	REVISTA
Análise da abertura dos dados das bibliotecas de universidades federais brasileiras	Detoni e Cunha (2024)	BRAPCI	"open data plan"	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação
		BRAPCI	"open data plans"	
		BRAPCI	"plano de dados abertos"	
		BRAPCI	"planos de dados abertos"	
		WEB OF SCIENCE	"open data plan"	
		WEB OF SCIENCE	"open data plans"	
Dados abertos e ciência aberta: como as universidades federais brasileiras se apresentam nesse horizonte	Santos e Freitas (2020)	BRAPCI	"open data plans"	Biblios Journal of Librarianship and Information
		BRAPCI	"open data plans" and "indicator"	
		BRAPCI	"plano de dados abertos"	
		BRAPCI	"planos de dados abertos"	
		BRAPCI	"planos de dados abertos" and "indicador"	
		BRAPCI	"planes de datos abiertos"	

TÍTULO	AUTORIA	BASE	EXPRESSÃO DE BUSCA	REVISTA
		BRAPCI	"planes de datos abiertos" and "indicador"	
		LISTA	"open data plans"	
		LISTA	"open data plans" and "indicador"	
		LISTA	"planos de dados abertos"	
		LISTA	"planos de dados abertos" and "indicador"	
		SCOPUS	"open data plan" and "indicador"	
		SCOPUS	"open data plans" and "indicador"	
		WEB OF SCIENCE	"open data plans"	
		WEB OF SCIENCE	"open data plans" and "indicador"	
Dados abertos nas universidades federais: envolvimento interno e divulgação para a sociedade	Pires (2019)	BRAPCI	"open data plan"	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação
		BRAPCI	"open data plans"	
		BRAPCI	"plano de dados abertos"	
		BRAPCI	"planos de dados abertos"	
Execução da política de dados abertos no Brasil: uma avaliação dos três anos do decreto nº 8.777/2016	Nascimento Silva e Kerr-Pinheiro (2019)	BRAPCI	"plano de dados abertos"	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação
		BRAPCI	"plano de dados abertos" and "indicador"	
		BRAPCI	"plano de dados abertos" and "métrica"	
		BRAPCI	"planos de dados abertos"	
		BRAPCI	"planos de dados abertos" and "indicador"	
		BRAPCI	"planos de dados abertos" and "métrica"	
Fatores de sucesso na abertura de dados: o caso do Banco Central do Brasil	Oliveira e Fonseca (2021)	WEB OF SCIENCE	"open data plan"	Revista do Serviço Público
Oferta de dados abertos em universidades federais brasileiras: um estudo dos planos de Dados Abertos	Albano, Craveiro e Gaffrée (2021)	BRAPCI	"open data plans"	Acervo
		BRAPCI	"planos de dados abertos"	
		BRAPCI	"planes de datos abiertos"	
		SCOPUS	"planes de datos abiertos"	
Transparência ativa e open government data: os desafios para a abertura de dados na Polícia Federal	Correia e Macedo (2023)	BRAPCI	"open data plan"	Informação & Informação
		BRAPCI	"plano de dados abertos"	
		BRAPCI	"plan de datos abiertos"	
Visualização de dados abertos no contexto da pós-graduação em Ciência da Informação: análise	Marques et al. (2023)	BRAPCI	"open data plan"	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação
		BRAPCI	"plano de dados abertos"	
		BRAPCI	"plano de dados abertos" and "indicador"	
		BRAPCI	"plan de datos abiertos"	

TÍTULO	AUTORIA	BASE	EXPRESSÃO DE BUSCA	REVISTA
bibliométrica dos estudos defendidos		BRAPCI	"plan de datos abiertos" and "indicador"	
		WEB OF SCIENCE	"open data plan"	

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

No total, foram selecionados oito artigos, sendo a maioria recuperado na base BRAPCI, exceto pelo artigo intitulado "Fatores de sucesso na abertura de dados: o caso do Banco Central do Brasil", que foi recuperado pela base *Web of Science*. Além disso, também foi possível observar que expressões mais gerais, como "open data plans" recuperaram mais documentos (sete artigos), em comparação com expressões mais específicas, como ("plan de datos abiertos" and "indicador"), que recuperaram apenas um artigo.

Ao analisar a distribuição do resultado por base de dados, verificou-se que a BRAPCI foi a que mais recuperou artigos, o que explica a quantidade de resultados duplicados, pois a maioria dos artigos recuperados em outras bases de dados também são encontrados na BRAPCI. Assim, a partir disso, foi possível identificar algumas discussões sobre os PDAs, que são apresentados na subseção 4.1.

4.1 Discussões sobre Planos de Dados Abertos na Ciência da Informação

Os estudos dedicados ao tema problematizam os desafios estruturais, técnicos e políticos envolvidos na elaboração e implementação dos PDAs no contexto de diferentes instituições públicas brasileiras (Silva; Kerr-Pinheiro, 2019).

Silva e Kerr-Pinheiro (2019) analisaram a disponibilização dos PDAs pelos órgãos do Governo Federal brasileiro. Para tanto, utilizaram os dados do Painel de Monitoramento de Dados Abertos para observar essa correspondência. Outra ferramenta utilizada na pesquisa foi a métrica DGABr, com o intuito de analisar os dados governamentais abertos dos três órgãos públicos com uma maior quantidade de bases de dados abertas até maio de 2019. Dos 230 órgãos públicos federais identificados no Painel, apenas 140 tinham seus PDAs disponíveis, o que corresponde a 61% do total. A partir dessa amostra, as autoras investigaram se a abertura das bases de dados corresponde à proposta apresentada nos PDAs. Por fim, constataram que somente 37 (16%) dos órgãos do Governo Federal publicaram os dados previstos nos seus Planos e que seus dados governamentais abertos alcançaram o indicador 4 na métrica DGABr.

No estudo de Santos e Freitas (2020), as autoras se concentraram nas universidades federais para verificar os critérios que são utilizados na elaboração de seus PDAs, bem como as estratégias para promover a transparência e a indicação da Ciência Aberta. Desse modo, as autoras identificaram que a maioria das universidades disponibiliza os seus Planos em seus próprios portais institucionais, em vez de publicá-los no Portal Brasileiro de Dados Abertos, o que afeta a centralização e localização dos documentos. Outro problema apontado pelas autoras refere-se à arquitetura da informação nos sites das universidades, o que dificultou o acesso aos Planos. As autoras apontam que a forma como os PDAs são disponibilizados dificulta o acesso por parte da população em geral, especialmente daqueles com pouco conhecimento sobre ferramentas de busca ou sobre o tema, o que compromete a efetividade da transparência pública. Na prática, em muitos casos, o acesso e a transparência aos dados públicos ficam comprometidos e restritos a uma parcela da sociedade.

Santos e Freitas (2020) identificaram que 58% das universidades federais não estão em conformidade com a política, uma vez que apresentam atrasos no cronograma de abertura de dados, bem como falta de informações nos PDAs quanto à promoção da Ciência Aberta. Além disso, as autoras constatarem que:

i) não há padronização de entrada de dados, cada instituição adota o termo que lhe é mais favorável ou o que já utiliza em seus bancos individuais. ii) Conjuntos de dados são subdivididos e apresentados em separados dando a impressão que aquela instituição tem mais conjuntos disponibilizados. iii) Os "dados abertos", deste portal se aplicam tanto a dados em formulários brutos e/ ou processados, eles não oferecem insights completos sobre quais dados são, eles se concentram mais na ideia da abertura e disponibilidade para possível reutilização (Santos; Freitas, 2020).

Por analogia, Pires (2019) analisou doze universidades federais quanto à elaboração e cumprimento dos PDAs. Além da análise desses Planos, a autora também realizou entrevista com os profissionais responsáveis pelo gerenciamento desses dados públicos. Como resultado, a autora também identifica atrasos no cronograma de abertura dos dados governamentais, dificuldade das universidades em cumprirem os seus Planos e publicação de dados em formatos não processáveis por máquina, o que compromete a manipulação e reuso desses dados.

Albano, Craveiro e Gaffrée (2021) também avaliaram os PDAs das universidades federais. Como estratégia, foram selecionadas as dez universidades federais mais bem colocadas no Índice Geral de Cursos (IGC) que haviam disponibilizado seus PDAs. Como resultado, os autores destacam a necessidade de atenção quanto aos dados a serem disponibilizados, os quais precisam atender as necessidades informacionais da sociedade. Ainda reforçam a importância da integração das estratégias com o processo de abertura dos dados governamentais abertos.

Detoni e Cunha (2024) analisaram os dados abertos das bibliotecas das universidades federais. Por decorrência, constataram que poucas bibliotecas têm seus dados incorporados nos PDAs de suas respectivas instituições. De acordo com os autores, as bibliotecas universitárias analisadas ainda possuem iniciativas limitadas no que se refere à disponibilização de seus dados. Isso ocorre, na maioria dos casos, devido à pouca participação das bibliotecas no desenvolvimento dos PDAs, além da falta de conhecimento por parte dos gestores sobre a importância desses Planos para o cumprimento da legislação de acesso à informação e para a promoção da transparência.

O Plano de Dados Abertos da Polícia Federal foi objeto de análise no estudo de Correia e Macedo (2023), no qual os autores identificaram as principais barreiras à sua implementação no órgão, por meio da aplicação de um questionário aos profissionais responsáveis. A partir das respostas obtidas, os autores constatam que uma das principais dificuldades enfrentadas é a seleção dos conjuntos de dados passíveis de disponibilização para acesso público, uma vez que a Polícia Federal lida com informações tanto públicas quanto sigilosas. Outro problema constatado refere-se à dificuldade técnica no processo de publicação e extração dos dados. Como forma de melhorar a disponibilização dos dados governamentais da Polícia Federal, os autores sugerem a necessidade de realizar a descrição e catalogação desses dados, bem como implementar a padronização dos bancos de dados.

Oliveira e Fonseca (2021) avaliaram a abertura dos dados do Banco Central do Brasil, uma das instituições públicas que se destaca na disponibilização de informações. Em relação aos PDAs, os autores observaram que, geralmente, a responsabilidade pela elaboração e implementação desses planos é atribuída aos profissionais de Tecnologia da Informação, sem a

participação de outros setores da instituição. Como consequência, há uma tendência de priorizar a abertura de bases de dados que, embora tecnicamente mais desenvolvidas, não apresentam relevância para a sociedade. Além disso, os autores identificam uma elevada rotatividade dos servidores responsáveis pela abertura dos dados, o que acarreta retrabalho na elaboração dos PDAs.

As pesquisas revelam que a maioria dos órgãos federais não seguem as estratégias previstas em seus Planos, o que compromete o atendimento ao Decreto nº 8.777/2016, no que se refere à elaboração de PDAs por cada órgão público (Brasil, 2016). De modo complementar, observa-se que a falta de padronização dos dados governamentais abertos é um problema que se inicia desde a criação dos PDAs. Isso também afeta a organização dos dados em seus conjuntos de dados, visto que, muitas vezes são criados vários conjuntos de dados relacionados a um mesmo assunto, ao invés de centralizá-los em apenas um único conjunto de dados.

Em contraste com os estudos ora apresentados, Marques *et al.* (2023) evidenciam resultados positivos ao analisar os PDAs como instrumentos de transparência e geração de valor público, ao investigarem o cenário da produção acadêmica brasileira de teses e dissertações na Ciência da Informação, considerando o Plano de Dados Abertos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). De acordo com os autores, a utilização dos dados contidos nos PDAs

[...] pode ser considerada uma importante estratégia para demonstração das atividades, do desempenho, dentre outros elementos que caracterizam uma área do conhecimento Marques *et al.* (2023).

O estudo destaca a visualização de dados abertos por meio do Plano de Dados Abertos, com o objetivo de apresentar um panorama da produção acadêmica nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Os autores identificam que as pesquisas realizadas nesses programas estão alinhadas ao Plano de Dados Abertos e que os dados gerados contribuem com análises abrangentes que podem apoiar o desenvolvimento das políticas educacionais.

Apesar de o conjunto de pesquisas analisadas evidenciar o potencial analítico e estratégico dos dados abertos para a gestão da informação e a

formulação de políticas públicas, seus resultados também revelam ausência de padronização na estrutura dos dados, baixa articulação entre setores institucionais e predomínio de decisões técnicas em detrimento de critérios sociais na seleção dos dados a serem abertos. Além disso, demonstram a dificuldade de cumprimento dos cronogramas estabelecidos nos Planos, a rotatividade de servidores responsáveis e a limitada centralização e visibilidade dos documentos, questões que comprometem a efetividade da política de dados abertos prevista no Decreto nº 8.777/2016 (Brasil, 2016). Esses pontos ressaltam a necessidade de melhoria da gestão dos dados públicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os PDAs são documentos estratégicos que orientam a promoção e a implementação da abertura de dados governamentais pelos órgãos públicos do Poder Executivo Federal Brasileiro. A elaboração desses planos está prevista no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, para o cumprimento da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (Brasil, 2016).

Dada a importância dos PDAs na promoção da transparência pública, no fortalecimento da participação social e no incentivo ao uso de dados governamentais, este estudo teve como objetivo mapear a produção científica na Ciência da Informação sobre PDAs, considerando os princípios, as diretrizes e as boas práticas adotadas na elaboração desses documentos. Para tanto, foi adotado o método de MSL como estratégia para a coleta de dados da pesquisa bibliográfica, com o propósito de identificar discussões na literatura científica e possíveis contribuições para a formulação dos PDAs.

A partir do MSL, constatou-se um elevado número de artigos duplicados, os quais representaram 76% do total identificado. Apenas 19 artigos não se repetiram, o que evidencia a escassez de discussões a respeito dos PDAs. Ao final do processo de triagem, apenas oito artigos (10%) foram selecionados para leitura completa e análise. A elevada taxa de exclusão foi motivada, sobretudo, pela presença de duplicatas e pela falta de aderência dos textos aos critérios definidos neste estudo. Além disso, observou-se um baixo retorno nas buscas com termos mais específicos, como “princípio”, “boas práticas”, “diretriz”, “métrica” e “indicador” relacionados aos PDAs, o que restringiu a elaboração

de um referencial teórico mais robusto sobre as recomendações para sua elaboração.

Apesar da escassez de publicações científicas sobre os PDAs, a produção científica analisada evidencia lacunas significativas que comprometem a disponibilização de dados governamentais, o acesso público à informação, a reutilização de dados, o cumprimento da legislação vigente e a efetivação da transparência.

Os estudos revelam que a implementação dos PDAs é marcada por desafios estruturais, técnicos e institucionais. A falta de padronização dos dados, baixa articulação organizacional, descumprimento de cronogramas e limitada visibilidade dos documentos evidencia a necessidade de aprimoramento da gestão dos dados públicos. Esse cenário corrobora o papel estratégico da Ciência da Informação como mediadora crítica entre tecnologia, gestão documental e políticas de transparência, contribuindo diretamente para o fortalecimento da governança informacional no setor público.

Nesta direção, pesquisas futuras podem investigar como a falta de padronização dos dados governamentais abertos se relaciona com lacunas já presentes na elaboração dos PDAs, uma vez que tais fragilidades comprometem a interoperabilidade e a reutilização das informações. Estudos nesse sentido são fundamentais para o aprimoramento do planejamento e para uma publicação mais eficaz dos dados abertos no setor público.

REFERÊNCIAS

ALBANO, Cláudio Sonáglio; CRAVEIRO, Gisele da Silva; GAFFRÉE, João Roberto de Lima. Oferta de dados abertos em universidades federais brasileiras: um estudo dos Planos de Dados Abertos. **Acervo**, v. 34, n. 3, p. 1–18, 2021. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1748>. Acesso em: 17 set. 2024.

ALEIXO, Diana Vilas Boas Souto. **O estado de anomia dos dados no acesso aos dados governamentais abertos no Brasil**. 2020. 260 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/191686>. Acesso em: 2 jul. 2024.

BATISTA, Getúlio Valdemir; SIEBRA, Sandra de Albuquerque. Dados abertos governamentais: avaliação de maturidade e qualidade no contexto da covid-19 em Pernambuco. **Asklepion: Informação em Saúde**, v. 2, p. 127-140, 2022. DOI <https://doi.org/10.21728/asklepion.2022v2nesp.p127-140>.

BENNETT, Daniel; HARVEY, Adam. **Publishing Open Government Data**. [S. l.]: W3C Working Draft, 2009. Disponível em: <https://www.w3.org/TR/gov-data/>. Acesso em: 17 nov. 2024.

BERTIN, Patrícia Rocha Bello *et al.* A construção do plano de dados abertos de uma organização pública de pesquisa e desenvolvimento e o desafio de uma ciência agropecuária aberta. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 11, n., 2017. DOI <https://doi.org/10.29397/reciis.v11i0.141>.

BOHNERT, Michele Krieger; SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. Dados abertos governamentais em saúde no contexto da pandemia COVID. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22, 2022, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: ANCIB, 2022. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/1040. Acesso em: 16 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016**. Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm. Acesso em: 13 jul. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017**. Aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos. Brasília, DF: Controladoria-Geral da União 2017. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/64747>. Acesso em: 19 jul. 2024.

BRITO, Thiago Henrique da Silva; ALMEIDA, Ana Paula; SANTANA JÚNIOR, Célio Andrade de. Máquinas sociais em Ciência da Informação: um olhar direcionado ao Brasil. **Revista EDICIC**, v. 3, n. 2, p. 1-16, 2023. DOI <https://doi.org/10.62758/re.v3i2.274>.

BUTTOW, Clarissa Valli; WEERTS, Sophie. Open government data: The OECD's Swiss army knife in the transformation of government. **Policy & Internet**, v. 14, n. 1, p. 219-234, 2022. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/poi3.275>. Acesso em: 28 mai. 2026.

CHEN, Can.; GANAPATI, Sukumar. Do transparency mechanisms reduce government corruption? A meta-analysis. **International Review of Administrative Sciences**, v. 89, n. 1, p. 257-272, 2023. DOI <https://doi.org/10.1177/00208523211033236>.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Manual de Elaboração de Planos de Dados Abertos**. Brasília, DF: Controladoria-Geral da União, 2020. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/46702>. Acesso em: 21 nov. 2024.

CORREIA, Rodrigo Borges; MACEDO, Douglas Dyllon Jeronimo de. Transparência ativa e open government data: os desafios para a abertura de dados na Polícia Federal. **Informação & Informação**, v. 27, n. 4, p. 254-279, 2023. DOI <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2022v27n4p254>.

COSTA, Laécio Araujo; SALVADOR, Laís do Nascimento. Ambiente de aprendizagem presencial e virtual integrados com a computação ubíqua: um mapeamento sistemático da literatura. In: MEMORIAS DEL XX CONGRESSO INTERNACIONAL DE INFORMÁTICA EDUCATIVA TISE. 20., 2015, [S. l.]. **Anais [...]**. [S. l.]: [s. n.], 2015. p. 211-220. Disponível em: <https://www.tise.cl/volumen11/TISE2015/211-220.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2024.

DETONI, Juliana Aretz Cunha de Queiroz Afonso; CUNHA, Murilo Bastos. Análise da abertura dos dados das bibliotecas de universidades federais brasileiras. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 29, 2024. DOI <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2024.e100069>.

KITCHENHAM, Barbara; CHARTERS, Stuart. **Guidelines for performing Systematic Literature Reviews in Software Engineering**. [S. l.]: Keele University : Durham University, 2007. [EBSE Technical Report]. Disponível em: <https://www.bibsonomy.org/bibtex/aed0229656ada843d3e3f24e5e5c9eb9#goalStandardPublicationTags>. Acesso em: 18 jul. 2024.

MACEDO, Dirceu Flávio; LEMOS, Daniela Lucas da Silva. Dados abertos governamentais: iniciativas e desafios na abertura de dados no Brasil e outras esferas internacionais. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, v. 10, n. 2, p. 14-26, 2021. DOI <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v10i2.77737>.

MARQUES, Francis Bento *et al.* Visualização de dados abertos no contexto da pós-graduação em Ciência da Informação: análise bibliométrica dos estudos defendidos. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 16, n. 1, p. 185–205, 2023. DOI <https://doi.org/10.26512/rici.v16.n1.2023.47580>.

OLIVEIRA, Wanessa Queiroz de Souza; FONSECA, Igor Ferraz da. Fatores de sucesso na abertura de dados: o caso do Banco Central do Brasil. 2021. **Revista do Serviço Público**, v. 72, n. 4, p. 724-752, 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6798>. Acesso em: 17 set. 2024.

OLIVEIRA, Elem Rodrigues de *et al.* O plano de dados abertos do município de Lisboa e a sua adequação às disposições legais e regulamentares acerca da partilha de dados abertos. In: CONFERÊNCIA LUSO-BRASILEIRA DE CIÊNCIA ABERTA, 12., 2021, Braga. **Anais [...]**. Braga: Cadernos BAD, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/entities/publication/9b4a8be4-ec10-4de1-9593-ca13006f1575>. Acesso em: 17 ago. 2024.

PAULO, Joelson de Souza. **Dados abertos governamentais: uma análise aplicada ao Ministério Público do Trabalho**. 2018. 84f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/10629>. Acesso em: 02 fev. 2024.

PETERSEN, Kai *et al.* Systematic mapping studies in software engineering. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON EVALUATION AND ASSESSMENT IN SOFTWARE ENGINEERING (EASE), 12., 2008, [S. l.]. **Proceedings** [...]. [S. l.]: BCS Learning & Development, 2008. DOI <https://doi.org/10.14236/ewic/EASE2008.8>.

PIRES, Karoline Maeques. Dados abertos nas universidades federais: envolvimento interno e divulgação para a sociedade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 2, p. 58–80, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1150>. Acesso em: 17 set. 2024.

PROENÇA JÚNIOR, Dômicio; SILVA, Édison Renato. Contexto e processo do Mapeamento Sistemático da Literatura no trajeto da Pós-Graduação no Brasil. **TransInformação**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 233-240, 2016. DOI <https://doi.org/10.1590/2318-08892016000200009>.

SANTOS, Ana Cristina Gomes; FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de. Dados abertos e ciência aberta: como as universidades federais brasileiras se apresentam nesse horizonte. **Biblios**, n. 78, p. 1-16. 2020. DOI <https://doi.org/10.5195/biblios.2020.796>.

SILVA, Fabíola Rubim. **Listas de cabeçalhos de assunto e tesouros**: discussões e iniciativas à luz da justiça social e equidade. 2023. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/17917>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SILVA, Fabíola Rubim.; DAL'EVEDOVE, Paula Regina. Contribuições da dimensão sociocultural da Organização do Conhecimento para cabeçalhos de assunto e tesouros equitativos e socialmente justos. **Informação & Informação**, v. 28, n. 2, p. 298–330, 2024. DOI <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2023v28n2p298>.

SILVA, Chris Taine; NUNES, Amanda Almeida; SANTANA, Celio Andade. Bots como objeto de estudo da Ciência da Informação. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 15, n. 1/2, p. 138-153, 2021. DOI <https://doi.org/10.9771/rpa.v15i1/2.30416>.

SILVA, Patrícia Nascimento.; KERR-PINHEIRO, Marta Macedo. Execução da política de dados abertos no brasil: uma avaliação dos três anos do decreto nº 8.777/2016. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, p. 1-29, 2019. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/495>. Acesso em: 17 set. 2024.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

CONFLITOS DE INTERESSE

As autorias informam não existir conflitos de interesse de natureza pessoal, financeira, intelectual, profissional, política ou religiosa, conforme orienta o *Committee on Publication Ethics* (COPE).

CONTRIBUIÇÕES DAS AUTORIAS

Informa-se nesta seção as funções de cada autoria, de acordo com a [taxonomia CRediT](#), conforme orientado na página da revista PCI:

Função	Definição
Conceituação	Paula Regina Dal'Evedove.
Curadoria de dados	Luana Carolina de Castro Gil.
Análise Formal	Luana Carolina de Castro Gil.
Obtenção de financiamento	—
Investigação	Luana Carolina de Castro Gil.
Metodologia	Paula Regina Dal'Evedove.
Administração do projeto	Luana Carolina de Castro Gil.
Recursos	—
Software	—
Supervisão	Paula Regina Dal'Evedove.
Validação	Luana Carolina de Castro Gil.
Visualização [de dados (infográfico, fluxograma, tabela, gráfico)]	Luana Carolina de Castro Gil.
Escrita – primeira redação	Luana Carolina de Castro Gil.
Escrita – revisão e edição	Paula Regina Dal'Evedove.